

COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA*

Aníbal Quijano

INTRODUÇÃO

Nesta ocasião me proponho, sobretudo, a colocar algumas das questões centrais que me parecem ainda insuficientemente pesquisadas no debate a respeito do processo chamado “globalização” e sobre suas relações com as tendências atuais das formas institucionais de dominação e em particular do moderno Estado-nação. Não obstante, ainda que seja restrita como aqui, toda discussão dessas questões implica de todo modo uma perspectiva teórica e histórica sobre a questão do poder e é sem dúvida pertinente assinalar alguns dos traços mais importantes que orientam essa pesquisa.

Do ponto de vista dessa perspectiva, o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos – dominação, exploração e conflito – que afeta as quatro áreas básicas da existência social e que é resultado e expressão da disputa pelo controle delas: 1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e seus produtos. As formas de existência social em cada uma dessas áreas não nascem umas das outras, mas não existem, nem operam separadas ou independentes entre si. Por isso mesmo, as relações de poder que se constituem na disputa pelo controle de tais áreas ou âmbitos de existência social tampouco nascem, nem se derivam, umas das outras, mas não podem existir, salvo de maneira intempestiva e precária,

umas sem as outras. Isto é, formam um complexo estrutural cujo caráter é sempre histórico e específico. Em outras palavras, trata-se sempre de um determinado padrão histórico de poder.¹

O atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a idéia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”.² Essa idéia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder.³

A categoria de capitalismo está referida ao conjunto da articulação estrutural de todas as formas historicamente conhecidas de controle do trabalho ou exploração, escravidão, servidão,

* Esta é uma versão revista de uma conferência que proferi na Escola de Estudos Internacionais e Diplomáticos Pedro Gual, em Caracas, Venezuela, em junho de 2000. Tradução de Dina Lida Kinoshita.

pequena produção mercantil independente, reciprocidade e salário. Tais formas de controle do trabalho se articularam como estrutura conjunta em torno do predomínio da forma salarial, chamada capital, para produzir mercadorias para o mercado mundial. O capital é uma forma específica de controle do trabalho que consiste na mercantilização da força de trabalho a ser explorada. Por sua condição dominante em tal conjunto estrutural, outorga a esse seu caráter central – quer dizer, o faz capitalista – mas historicamente não existe, não existiu nunca e não é provável que exista no futuro, separado ou independentemente das outras formas de exploração.⁴

O Estado, como estrutura de autoridade e como forma de dominação coletiva, é muito antigo. Não está totalmente bem estabelecido desde quando e em associação com quais condições históricas foi imposto como a forma central universal de controle da autoridade coletiva e de dominação política, menos ainda quando, como e onde chegou a ser Estado-nação. Por sua vez sabemos bem que o moderno Estado-nação é, por uma parte, relativamente recente e, de outra parte, não está consolidado a não ser em poucos espaços de dominação estatal ou países. Seus signos específicos são, primeiro, a cidadania ou presunção formal de igualdade jurídico-política dos que habitam em seu espaço de dominação não obstante sua desigualdade nos demais âmbitos do poder; segundo, a representatividade política que, sobre essa base, se atribui ao Estado com respeito ao conjunto de cidadãos e não só, como nas outras variantes de Estado, de algum interesse social particular ou setorial. Foi se constituindo no período conhecido como a modernidade, que se abre a partir da América, e em vinculação com o processo de eurocentração do capitalismo e da modernidade; alcança seus traços atuais definitórios desde finais do século XVIII e é admitido durante o século XX como o modelo mundialmente hegemônico, o que não equivale, com certeza, que tenha chegado a ser praticado também mundialmente. Na etapa atual do poder colonial/capitalista, sua “globalização”, em especial desde meados dos anos 1970, pressiona pelo desvirtuamento daqueles traços específicos, inclusive pela reversão de seus respectivos processos, em particular do conflito social em torno da ampliação da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social.⁵

Finalmente, o eurocentrismo é a perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Em outros termos, como expressão das experiências de colonialismo e de colonialidade do poder, das necessidades e experiências do capitalismo e da eurocentralização de tal padrão de poder. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes, como a única racionalidade legítima. Em todo caso, como a racionalidade hegemônica, o modo dominante de produção de conhecimento. Para o que interessa aqui, entre seus elementos principais é pertinente destacar sobretudo o dualismo radical entre “razão” e “corpo” e entre “sujeito” e “objeto” na produção do conhecimento; tal dualismo radical está associado à propensão reducionista e homogeneizante de seu modo de definir e identificar, sobretudo na percepção da experiência social, seja em sua versão a-histórica, que percebe isolados ou separados os fenômenos ou os objetos e não requer por consequência nenhuma idéia de totalidade, seja na que admite uma idéia de totalidade evolucionista, orgânica ou sistêmica, inclusive a que pressupõe um macrossujeito histórico. Essa perspectiva de conhecimento está atualmente em um de seus mais abertos períodos de crise, como o está toda a versão eurocêntrica da modernidade.⁶

Por suas características, na história conhecida esse foi o primeiro dos padrões de poder com caráter e vocação global. Nesse sentido, o que agora se chama “globalização” é, sem dúvida, um momento do processo de desenvolvimento histórico de tal padrão de poder, talvez o de sua culminação e de sua transição, como já foi sugerido por vários.⁷

Todas essas propostas e categorias são, como é óbvio, questões abertas. Não se deve perder de vista, em consequência, que sua pesquisa sistemática e seu debate estão apenas começando. Isso não quer dizer que as propostas que faço neste trabalho sejam arbitrarias, mas sim que voltarei a elas conforme a investigação e o debate se desenvolvam.

Do ponto de vista dessa perspectiva, o fenômeno do poder é caracterizado como um tipo de relação social constituído pela co-presença permanente de três elementos: dominação, exploração e conflito.

AS QUESTÕES CENTRAIS DA “GLOBALIZAÇÃO”

O que hoje se denomina “globalização” é, obviamente, uma questão múltipla e sobre a qual há um grande debate e uma vasta e crescente literatura. É provável que a idéia mais difundida que circula associada a esse termo seja a de uma integração econômica, política e cultural contínua e crescente do mundo. Na prática, isso implica que há fenômenos e processos que afetam a todo o mundo de maneira imediata, inclusive simultânea, isto é, global. E se atribui à “revolução científico-tecnológica” nos meios e sistemas de comunicação e de transporte a qualidade de ser a principal determinante histórica desse possível processo.

Originalmente, a “globalidade” foi referida a uma mudança drástica nas relações entre o espaço e o tempo na subjetividade, como consequência da velocidade da circulação de informações produzida pelos novos recursos científico-tecnológicos, de tal maneira que se podia perceber simultaneamente o que ocorria em qualquer lugar do mundo. Em nossa subjetividade, em nossas relações intersubjetivas, o mundo não só havia se apequenado, mas também isso ocorria porque o mundo havia se integrado no tempo, era simultâneo. A famosa imagem de “aldeia global” foi, sem dúvida, a construção mental inicial exitosa que dava conta dessa nova relação subjetiva com o espaço e com o tempo.⁸

Mesmo que, para muita gente, talvez, essas sejam ainda as imagens mais associadas com a idéia de “globalização”, é preciso admitir que vão sendo submersas sob outras mais recentes, que para muitos já parecem ter toda a consistência de genuínas categorias conceituais, apesar de resistirem ao abandono de seu hábitat *mediático*: a “realidade virtual”, a “sociedade virtual” e a “nova economia” (que a partir da mesma perspectiva poderia ser também denominada “economia virtual”). A primeira tem implicações decisivas no debate sobre a produção do conhecimento. Põe em relevo, sobretudo, que com a tecnologia atual já não se reproduz apenas, se combina ou se usa imagens e sons já presentes na “natureza” ou na “realidade”, mas se produz, manipula e difunde novos elementos visuais e sonoros, novas imagens produzidas com tais novos elementos que em seu conjunto já constituem um mundo “virtual” e que de muitos modos se superpõem e ainda deslocam e substituem

o mundo “real” a ponto de que em numerosas e diversas áreas não é tarefa fácil distinguir entre ambos, com tudo que isso significaria para a questão da percepção, do conhecimento e do modo de produzir conhecimento. A “sociedade virtual” é uma idéia que prolonga essa imagem e propõe que as relações sociais ocorrem, cada vez mais, precisamente dentro de e tramadas com aquela “realidade virtual” e de algum modo tem essa consistência. A “nova economia” é a mais recente, *mediática* em sua origem como todas as demais, remete à idéia de que a economia do mundo atual se converteu, ou está em curso de sê-lo, em uma rede única de intercâmbio de mercadorias e de valor. Essa seria a expressão emblemática da integração global da economia mundial e certamente se apóia em e se trama com aquelas “realidade virtual” e “sociedade virtual”.

O debate não consegue desviar sempre uma tendência à mistificação. De fato, na linguagem *mediática* o termo “globalização” passou a ser *virtualmente* sinônimo de um vasto e sistêmico maquinário impessoal, que existe e se desenvolve de modo independente das decisões humanas, quer dizer, de um certo modo natural e, nesse sentido, inevitável, e que abarcaria e explicaria todas as atuais ações humanas.

Mas o “mundo” – se com esse termo se implica a existência social humana articulada em uma específica totalidade histórica –, seja ou não “globalizado”, não se poderia entender por fora do contexto de que é um padrão de poder específico, o que lhe outorga seu caráter de “mundo” ou de totalidade histórica específica, sem o qual qualquer idéia de “globalização” seria simplesmente inútil. De outro modo, resultaria que as redes de comunicação, de informação, de intercâmbio, etc., existem e operam em um tipo de vácuo histórico. Portanto, é teoricamente necessário, não só pertinente, investigar cada uma das atuais áreas de controle da existência social para trazer à luz os sentidos possíveis que a famosa “globalização” tem ou pode ter na experiência. Dentro dos limites deste trabalho não irei além de colocar as questões que me parecem centrais em duas áreas principais, o controle do trabalho e o da autoridade pública.

CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO

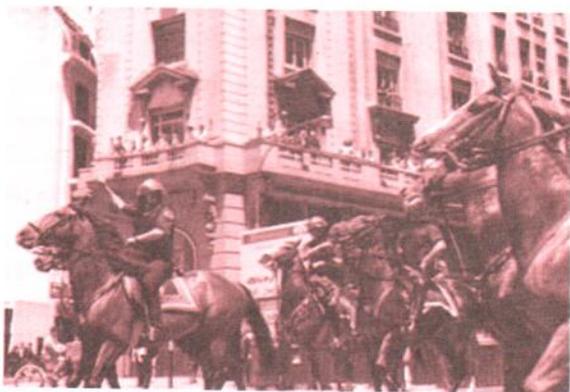
Ao examinar com cuidado as atuais tendências do capitalismo os dados são sem dúvida im-

pressionantes, seja no que se refere à geografia política da distribuição de renda, bens e serviços básicos ou dos fluxos de capital, seja, às relações entre formas de capital ou às relações entre capital e trabalho. Como os dados são, em geral, acessíveis a todos, para os propósitos desta investigação é pertinente assinalar melhor algumas das tendências principais:

1. Em 1800, 74% da população mundial (então de 944 milhões) detinha 56% do produto mundial (em US\$ de 1980: 229,095,000,000), enquanto 26% dessa população concentrava 44% de tal PMB. Mas em 1995, 80% da população mundial (já de 5.716.000.000) detinha somente 20% do produto mundial (US\$ de 1980: 17,091,479,000,000), enquanto 20% concentrava 80% do produto mundial.
2. A diferença de 9 a 1 com respeito a razão entre a renda média dos países ricos e a dos países pobres, em dois séculos, chegou a uma diferença de 60 a 1. Enquanto isso, desde 1950 os países ricos têm aumentado sua população em 50% enquanto os países pobres o fizeram em 250%.⁹
3. Segundo o informe do Banco Mundial (ano 2000), em termos de produção mundial, em 1999 os países do Grupo dos 7 (G7 daqui em diante), isto é menos de 12% da população mundial e com 16% da superfície do planeta, produziam 65%, 3% a mais do que em 1980.
4. E no mesmo movimento histórico, também a distância entre ricos e pobres dentro de cada um dos países do mundo tem crescido. Assim, no país mais rico do planeta, Estados Unidos, se em 1970 havia 24,7 milhões de pessoas em situação de pobreza crítica (11,6% da po-

pulação), em 1997 essa cifra havia saltado para 35,6 milhões (13,3% da população), isto é, em 43% em menos de 20 anos. Um estudo recente mostra que, entre 1977 e 1989, 1% das famílias conseguiu captar 70% do total do aumento da riqueza familiar e viu aumentada sua renda em 100%. Na América Latina, desde 1973 as diferenças de renda têm piorado: a renda média dos 20% que obtêm renda é hoje 16 vezes mais alta do que a dos 80% restante. No Brasil essa diferença chega a ser de 25 a 1, comparado com 10 a 1 na Europa ocidental e de 5 a 1 nos EUA. Também, a diferença de salário entre os “qualificados” e os outros. Por exemplo, no Peru, cresceu na década de 1990 em mais de 30%, e na Colômbia em mais de 20%.¹⁰

5. Dadas essas condições, as três pessoas mais ricas do mundo têm uma fortuna superior ao PIB dos 48 Estados mais pobres. Quer dizer, da quarta parte da totalidade dos Estados do mundo. Por exemplo, com respeito à América Latina, em 1996 as vendas da General Motors Corporation foram de 168 bilhões de dólares, enquanto que o PIB combinado da Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai e Uruguai, chegou somente a 159 bilhões de dólares.
6. Ao mesmo tempo, segundo a ONU (informe da UNDP, 1998), para satisfazer às necessidades básicas do conjunto da população do planeta, bastariam 4% das 225 maiores fortunas do mundo. E para satisfazer às necessidades sanitárias (em 1998, 4 bilhões de habitantes do Terceiro Mundo não tinham acesso à água potável nem à energia elétrica) e de nutrição (50% das crianças sofrem de desnutrição), bastariam 13 bilhões de dólares, quer dizer, 13% do que se gasta anualmente nos Estados Unidos e na Europa em perfume.
7. Ao considerar a direção dos fluxos de capital, verifica-se que entre 1990 e 1995, por exemplo, 65% do total do Fluxo de Investimento Direto (FDI) foi para o “centro” e que o restante foi para uns poucos dos chamados “países emergentes”. Entre 1989 e 1993, só dez desses países receberam 72% desse restante do FDI (China, México, Malásia, Argentina, Tailândia, Indonésia, Brasil, Nigéria, Venezuela e Coréia



do Sul).¹¹ Um problema crucial do fluxo mundial de capitais é que a dívida do Terceiro Mundo subiu em menos de duas décadas de 615 bilhões de dólares para 2.500 trilhões de dólares. E esta é, como todo mundo sabe, uma história infundável, literalmente, porque é impagável. Mas é, sobretudo, uma história trágica.¹²

8. Por outra parte, dos 6 bilhões de pessoas que formam a população do planeta ao iniciar-se o novo século, uns 800 milhões não têm emprego assalariado. E essa é, por certo, uma estimativa conservadora, já que as estatísticas registram somente aqueles que buscam emprego, e a cifra ainda deve ser multiplicada pelo menos por

cinco, se fosse considerado o número de membros de famílias ou lares que dependeriam de tais salários inexistentes. E a população conjunta de desempregados e subempregados é mais ou menos a metade da população mundial, já que 3 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares diários. Os economistas criaram a noção de “desemprego estrutural” para referir-se à tendência que

produz um desemprego mundial crescente. E não são poucos agora os que propõem a idéia do “fim do trabalho” para dar conta das implicações dessa tendência.¹³

9. Por outra parte, e mesmo que ainda não sejam suficientemente avançadas, as pesquisas específicas e os dados são por isso mesmo provisórios, a população mundial em situação de escravidão é estimada em mais de 200 milhões de pessoas.¹⁴
10. Todas essas tendências na distribuição de capital, de emprego, de produção, de rendas, de bens e de serviços no mundo de hoje, estão relacionadas à mudança nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista em favor da absoluta hegemonia da acumulação especulativa. Assim, as transações cambiais mundiais, que eram mais ou menos de 20 bilhões de dólares em 1970, já eram de 1,3 trilhão de dólares em 1999.

Somente nos Estados Unidos, em 1980 os “fundos de pensão”, os “fundos comuns”, as companhias de seguros e os seguros de vida, constituíam ativos financeiros de 1,6 trilhão de dólares, ao redor de 60% do PIB do país. Mas em 1990 esses ativos já eram 5,2 trilhões de dólares, 95% do PIB, e em 1993 eram mais de 8 trilhões de dólares, 125% do PIB do país. O predomínio financeiro mostra-se também na chamada “financeirização” das empresas, porque seus investimentos produtivos decrescem continuamente em favor das financeiras. E de outro lado, na hipertrofia dos lucros financeiros na “periferia” e nos “países emergentes”. Em 1983, os lucros na bolsa na periferia ainda chegavam aos 100 bilhões de dólares. Mas, em 1993, a cifra já era de 1,5 bilhão.¹⁵

Tal conjunto de informações permite fazer algumas inferências, provisórias talvez, mas nem por isso menos pertinentes:

1. Está em curso um processo de reconcentração do controle de recursos, bens e rendas em mãos de uma minoria da espécie (atualmente não mais de 20%).
2. O anterior implica que está em curso um processo de polarização social crescente da população mundial, entre uma minoria rica, proporcionalmente decrescente, mas cada vez mais rica, e a vasta maioria da espécie, proporcionalmente crescente e cada vez mais pobre.
3. Está em curso um processo de incremento da superexploração da massa maior de trabalhadores do mundo, já que junto com a reconcentração de rendas e de riquezas cresce a distância salarial entre os assalariados e expande a proporção dos desempregados, marginalizados dos âmbitos centrais da estrutura de acumulação, e isso permite a diminuição contínua da média salarial.
4. Está em curso um processo de declínio do interesse e da capacidade do capital de converter a força de trabalho em mercadoria, em especial nos níveis tecnologicamente mais avançados da estrutura mundial de acumulação.¹⁶
5. Como conseqüência estão em expansão as formas não-salariais de controle do trabalho. Estão se reexpandindo a escravidão, a servidão pessoal, a pequena produção mercantil

Um problema crucial do fluxo mundial de capitais é que a dívida do Terceiro Mundo subiu em menos de duas décadas de 615 bilhões de dólares para 2.500 trilhões de dólares



independente, a reciprocidade. O salariado ainda é a forma de controle do trabalho que mais se expande, mas – para usar uma imagem familiar – como um relógio que atrasa.

6. Está em curso um processo de crise em uma das dimensões básicas – as relações entre as formas específicas de exploração – incorporado ao padrão capitalista de controle do trabalho: estão declinando, talvez se esgotando, os mecanismos que no curso do desenvolvimento histórico da acumulação capitalista distribuíam tal população desde as formas não-salariais à salarial, em geral desde o não-capital ao capital, e se põem em ação mecanismos que indicariam, mesmo que em medida ainda não necessária, o começo de uma tendência inversa.
7. A configuração do capitalismo mundial, isto é, a estrutura das relações entre o capital e cada uma das formas de controle do trabalho, bem como as relações de conjunto de todas elas entre si, estão em processo de mudança drástica, o que implicaria um processo de transição do sistema.
8. Nesse sentido específico e nessa dimensão, na estrutura de exploração do trabalho estaria em curso um processo de reclassificação social da população mundial, em escala global.
9. Em todo caso, está em curso um processo de reconcentração e de reconfiguração do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em escala mundial. Em suma, das relações entre capital e trabalho.
10. Tais processos estão associados a mudanças drásticas na estrutura mundial de acumulação capitalista, associados à nova posição e função de predomínio que dentro daquela tem a

acumulação especulativa e financeira, em especial desde meados dos anos 1970 do século XX.¹⁷

Nenhuma de todas essas tendências é nova ou imprevista. Nem sequer as últimas. Indicam um momento, um grau ou um nível da maturação e do desenvolvimento de tendências inerentes ao caráter do capitalismo como padrão global de controle do trabalho e que tinham sido longamente teorizadas, sobretudo, desde Marx.¹⁸ Tem, em consequência, pouco sentido discutir esses processos e os consequentes problemas como se fossem exatamente novos ou, pior, como se fossem a consequência de um fenômeno novo chamado “globalização”, diferente ou separado do capitalismo, resultado apenas ou principalmente da inovação tecnológica e de sua capacidade de modificar totalmente nossas relações com o espaço/tempo, mais que do caráter capitalista da estrutura dominante de controle do trabalho e do desenvolvimento de suas tendências.

É indubitável, entretanto, que tais tendências básicas do capitalismo têm se aprofundado e, mais ainda, têm se acelerado e vão adquirindo maior aceleração. A questão, portanto, é: o que é que impulsiona a aceleração e o aprofundamento dessas tendências do capitalismo? Ou em outros termos, por que a exploração capitalista vem se aprofundando e de algum modo mais facilmente? Ninguém pode explorar ninguém se não o domina, muito menos de modo estável e duradouro. Portanto, é necessário abrir aqui a questão das relações entre a dominação e a exploração no atual padrão de poder.

A força e a violência são requisitos de toda dominação, mas na sociedade moderna não são exercidas de maneira explícita e direta, pelo menos não de modo contínuo, mas encobertas por estruturas institucionalizadas de autoridade coletiva ou pública e “legitimadas” por ideologias constitutivas das relações intersubjetivas entre os vários setores de interesse e de identidade da população. Como já ficou assinalado desde o começo deste trabalho, tais estruturas são as que conhecemos como Estado. E a colonialidade do poder, sua mais profunda argamassa legitimatória. Em consequência, é necessário indagar pelo que tem ocorrido nas relações entre o padrão de exploração capitalista e os dois níveis do padrão de dominação, o Estado e a colonialidade do poder.

CAPITALISMO E ESTADO

A relação entre o capitalismo como estrutura global de controle do trabalho e sua organização em espaços particulares de dominação, bem como a organização de estruturas específicas de autoridade coletiva nesses espaços, ainda é uma questão aberta. Em geral, em todo padrão de poder não são sempre claras, muito menos sistêmicas ou orgânicas, as relações entre a dominação e a exploração.

Se aparece mais historiado e teorizado o modo como o colonialismo moderno – o que se constituiu com a América – configurou o contexto adequado para a formação do capitalismo, ainda não tem sido aberta, nem obviamente estudada, a questão do por que tal capitalismo se associou ao mesmo movimento e ao mesmo tempo com diversos tipos de Estados em diversos espaços de dominação. Assim o *moderno Estado absolutista/imperial* (todos os Estados da Europa ocidental, menos a Suíça, entre 1500 e 1789); o *moderno Estado-nação imperial/colonial* (por exemplo, França e Inglaterra desde finais do século XVIII até depois da Segunda Guerra Mundial); o *moderno Estado colonial* (América do Norte antes de 1776 e América do Sul antes de 1824, bem como os do Sudeste Asiático e os da África até meados do século XX); o *moderno Estado-despótico/burocrático* (a ex-União Soviética e os da Europa oriental até finais dos 1980, seus rivais nazistas e fascistas na Alemanha, Japão e Itália entre finais de 1930 e 1945, China na atualidade); o *moderno Estado-nação democrático* (os atuais da Europa ocidental, os da América do Norte, Japão, Oceania); os *modernos Estados oligárquico-dependentes* (os da América Latina antes de finais dos 1960, com exceção do México, Uruguai, Chile desde finais dos 1920s); os *modernos Estados nacional-dependentes* (em diversas medidas, todos os da América Latina atual, bem como a maioria dos da Ásia e alguns da África, principalmente a África do Sul) e os *modernos Estados neocoloniais* (muitos, talvez a maioria, dos da África).

Essa classificação é uma hipótese de tra-

balho, do mesmo modo que sua respectiva exemplificação. Mas não pode ser considerada arbitrária. Nesta medida, permite colocar em questão a perspectiva histórica e sociológica eurocentrista segundo a qual o tipo de Estado correspondente ao capitalismo é o moderno Estado-nação (Ralph Miliband), enquanto que todos os demais seriam “de exceção” (Poulantzas) ou “pré-capitalistas” ou “de transição” (virtualmente todos os autores do “materialismo histórico”).¹⁹

Não temos ainda, do meu ponto de vista, uma teoria histórica de verdade que resolva as relações entre capitalismo e Estado, enquanto a questão da colonialidade do poder não seja integrada à pesquisa histórica e teórica respectiva. Mas este não é o lugar, nem esta é a ocasião para ir mais longe a respeito desta questão crucial.

Em todo caso, o recente debate sobre as relações entre a “globalização” e o Estado, na perspectiva dominante (eurocentrista) circunscreve-se exclusivamente à presumida crise do Estado-nação moderno sob os impactos da “globalização”.²⁰

CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E ESTADO-NAÇÃO MODERNO

O que, sem dúvida, as tendências atuais do capitalismo – e em particular a hegemonia do capital financeiro e a ação predatória dos mecanismos especulativos de acumulação – têm deixado bruscamente visível é o fato de que o capitalismo moderno, como um dos eixos centrais do atual padrão de poder mundialmente dominante, tem estado associado ao Estado-nação moderno só em poucos espaços de dominação, enquanto na maior parte do mundo tem sido associado a outras formas de Estado e em geral de autoridade política.

É mais pertinente, em consequência, e mais produtivo tratar de evidenciar as tendências mais dinâmicas que estão em desenvolvimento nas relações entre as mudanças atuais na configuração do capitalismo e as que ocorrem nas estruturas de autoridade



coletiva e de dominação política.

A esse respeito, é possível distinguir as seguintes tendências principais:

- a) a formação de um bloco imperial mundial integrado pelos modernos Estados-nação do “centro” do sistema mundial;
- b) a luta pela hegemonia regional entre os Estados nacional-dependentes associados ou em conflito com o bloco imperial nas regiões mais conflitivas, como no Oriente Médio (Israel de um lado, Síria e Iraque do outro), na América do Sul (Brasil, Chile, Argentina), na Ásia (Índia, Paquistão, em um extremo, e China e Coreia do Sul, no outro), e na África de modo mais fluido já que não parece haver ainda regiões diferenciadas de modo análogo às anteriores, com exceção da África do Sul;
- c) a erosão contínua do espaço nacional-democrático, ou em outros termos a contínua desdemocratização e desnacionalização de todos os Estados nacional-dependentes onde não se chegou à consolidação do Estado-nação moderno;
- d) a gradual conversão dos Estados menos nacionais e democráticos em centros locais de administração e controle do capital financeiro mundial e do bloco imperial.

Não é meu propósito aqui explorar sistemática e exaustivamente cada um de tais processos e seu conjunto. Pelo momento, para nossos fins, é, sobretudo, necessário insistir na constituição do bloco imperial mundial e na desdemocratização e desnacionalização dos Estados dependentes e sua conversão progressiva em uma sorte de agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial, já que são essas duas tendências que expressam, mais claramente que as demais, a reconcentração do controle mundial da autoridade pública, a reprivatização local desta e a sombra virtual de um espaço global de dominação.

□ BLOCO IMPERIAL MUNDIAL E OS ESTADOS LOCAIS

Ninguém poderia negar hoje que poucos dos Estados-nação modernos – o G7, agora de 8 com a tardia e subordinada incorporação da Rússia – mais

fortes, vários deles sedes centrais dos modernos impérios coloniais e todos eles do imperialismo capitalista durante o século XX,²¹ formam agora em seu conjunto um genuíno bloco imperial mundial. Primeiro, porque suas decisões são impostas ao conjunto dos demais países e aos centros nevrálgicos das relações econômicas, políticas e culturais do mundo. Segundo, porque o fazem sem ter sido eleitos ou sequer designados, pelos demais Estados do mundo, dos quais não são portanto representantes, nem, em consequência, têm que consultá-los para suas decisões. São virtualmente uma autoridade pública mundial, ainda que não um efetivo Estado mundial.

Esse bloco imperial mundial não está constituído só pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos. Trata-se mais da configuração de um tipo de trama institucional imperial formada por tais Estados-nação, as entidades intergovernamentais de controle e exercício da violência, como a Otan, as entidades intergovernamentais e privadas de controle do fluxo mundial de capital, financeiro em especial (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre as principais), e as grandes corporações globais. Essa trama institucional já constitui, de fato, um tipo de governo mundial invisível.²²

Em outros termos se trata de uma reconcentração mundial do controle da autoridade pública, em escala global. E este é, do meu ponto de vista, o fenômeno novo mais destacado da chamada “globalização” do atual padrão de poder mundial.

A emergência do bloco imperial mundial – talvez seria melhor chamá-lo diretamente global? – implica, obviamente, que os demais Estados são submetidos à redução crescente de sua autonomia. Isso ocorre, em particular, com aqueles Estados e sociedades que não atingiram o processo de formação de modernos Estados-nação ou não avançaram nele. E se, de outro lado, se observa o que ocorre com a sociedade, com as diferenças sociais, culturais e políticas que produzem a imposição mundial do neoliberalismo como matriz de política econômica, tanto dentro de cada país como entre países, pode-se perceber sem dificuldade que essa erosão contínua da autonomia (ou soberania) de tais Estados, consiste sobretudo na desdemocratização da representação política da so-

cidade no Estado e, desse modo, na desnacionalização da sociedade e do Estado. Isso é o que mostra às claras a associação estrutural entre as necessidades do capital financeiro, dos mecanismos especulativos de acumulação, e as tendências de reconcentração mundial do controle da autoridade pública, cuja maior expressão atual é o bloco imperial mundial.

No entanto, esses processos aparelhados e interdependentes não implicam que a autoridade pública do bloco imperial mundial se exerça direta e explicitamente em todos os demais espaços de dominação ou “países” daqueles (salvo de modo excepcional e transitório, como no caso da invasão do Panamá e a prisão de Noriega), ainda que tendem

claramente nessa direção como mostram as recentes ações em Kosovo, na Chechênia, na África e agora na Colômbia e, potencialmente, em toda a área andino-amazônica da América do Sul (“Plano Colômbia”).

No momento, pelo menos, esse bloco imperial mundial necessita dos Estados locais para impor suas políticas em cada país. Desse modo, esses Estados locais estão sendo, uns, convertidos em estruturas institucionais de administração

local de tais interesses mundiais e, os outros, tornando mais visível do que já vinham exercendo essas funções. Esse processo implica uma reprivatização local e global de tais estados,²³ a fim de responder cada vez menos à representação política do conjunto dos setores sociais de cada país. Fazem parte, desse modo, dessa trama mundial de instituições de autoridade pública, estatais e privadas, que em seu conjunto começam a conformar uma espécie de governo mundial invisível.²⁴

A REPRIVATIZAÇÃO DO CONTROLE DA AUTORIDADE COLETIVA

Tal reconcentração do controle mundial da autoridade pública, em escala global, implica fundamentalmente uma reprivatização do controle

em âmbito central da existência social e de sua respectiva esfera institucional. O controle da autoridade coletiva havia sido reconhecido como público durante o período da modernidade e em particular desde o século XVIII em diante. O Estado-nação moderno emergiu, precisamente, como a encarnação do caráter público da autoridade coletiva. Público no sentido específico e explícito de que admitia a participação igual de todos os “cidadãos” e se legitimava, antes de tudo, por essa razão.²⁵ Agora, em troca, ainda que uma parte, cada vez mais secundária, inclusive basicamente simbólica, desse universo institucional é ainda admitidamente pública, o fato é que os núcleos dominantes dessas instituições são privados, como as corporações globais, ou como a tecnocracia administradora das entidades financeiras e das políticas econômicas dos Estados, inclusive ao se tratar de entidades supostamente públicas, como as instituições intergovernamentais do capital financeiro, o FMI ou o que se conhece como o Banco Mundial.

No debate mundial em curso sobre essa tendência de contínua e crescente erosão dos Estados/sociedades mais débeis, porque seu processo de democratização/nacionalização não chegou a culminar e a se afirmar suficientemente, a proposta teórica mais difundida a apresenta como uma tendência ao declínio da própria instituição do moderno Estado-nação.²⁶

Essa é uma clara amostra do domínio da perspectiva de conhecimento. É verdade que o moderno Estado-nação, junto com a família burguesa, a empresa capitalista e o eurocentrismo,²⁷ é uma das instituições fundamentais de cada área do padrão de poder mundial que corresponde ao período da modernidade e que começa com a América. Também o é que o moderno Estado-nação é a instituição mundialmente hegemônica dentro do universo de instituições que atuam no mundo no conflito pelo controle da autoridade pública e de seus recursos, a violência em especial. O que não é certo, contudo, é que o moderno Estado-nação exista realmente em todos os espaços de dominação conhecidos como *países*. Como também não o é, que todos os atuais Estados de todos os países, ou espaços de dominação, tenham o caráter de modernos Estados-nação, mesmo que assim se autorepresentem ou inclusive sejam admitidos no imaginário ou no universo simbólico de cada país.

O controle da autoridade coletiva havia sido reconhecido como público durante o período da modernidade e em particular desde o século XVIII em diante.

COLONIALIDADE DO PODER E ESTADO-NAÇÃO

A diferença definitiva entre os processos que chegaram a atingir e afirmar Estados-nação modernos e os que não, reside no modo e medida de suas respectivas relações com a colonialidade



do poder. Nos primeiros, essa não esteve imediatamente presente nos espaços de dominação nos quais se levaram a cabo processos de democratização das relações sociais, os quais produzem e redefinem o caráter dos processos de nacionalização da sociedade e de seu Estado. Assim como ocorreu na Europa ocidental desde o último terço do século XVIII até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A colonialidade do poder, entretanto, esteve e está de todo modo ativa, pois faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação. Porque a concentração dos processos de democratização e nacionalização dos Estados modernos na Europa ocidental, até o século XX, dá conta, precisamente, da imposição mundial da colonialidade do poder. O eurocentramento do padrão colonial/capitalista de poder não se deveu só, muito menos principalmente, à posição dominante na nova geografia do mercado mundial, mas sobretudo à classificação social básica da população mundial em torno da idéia de raça. A concentração do processo de formação e consolidação do Estado-nação moderno na Europa ocidental não poderia ser explicada, nem entendida, fora desse contexto histórico.²⁸

A outra face do mesmo processo de constituição e de consolidação do Estado-nação moderno era o mundo colonizado, África e Ásia, ou dependente,²⁹ como a América Latina. No restante do mundo, a colonialidade do poder não só tem estado e está presente no contexto global do padrão mundial de poder, mas também atua de modo direto e imediato dentro do respectivo espaço de dominação, obstaculizando os processos que se dirigem à democratização das relações sociais e a sua expressão nacional na sociedade e no Estado.

Se alguém pensa que a diferença fundamental em que uns espaços eram colonizados e outros não, basta comparar os processos da Europa ocidental e da América Latina, os dois cenários mais representativos de cada lado das diferenças nesses processos, que ademais ocorreram no

mesmo período, entre o final do século XVIII e os séculos XIX e XX.³⁰ Ao contrário da Europa, distinção devida, exatamente, à distribuição diferente da colonialidade do poder entre ambos espaços, na América Latina, precisamente ao terminar as guerras chamadas de independência, se produziu o paradoxo histórico mais notório da experiência latino-americana: a associação entre Estados independentes e sociedades coloniais, em todos e cada um de nossos países. Essa associação, ainda que sem dúvida rachada e confrontada de modo permanente embora errático, não deixou, entretanto, de presidir as relações sociais e estatais de toda a América Latina.

Ao tomar a América Latina, não se poderia admitir a rigor como Estados-nação modernos plenamente constituídos e afirmados os Estados/sociedades da área chamada “andina” ou o Brasil, por exemplo, a menos que se admita como nacionais sociedades e Estados explicitamente fundados na colonialidade das relações de poder. Uruguai e Chile avançaram algo mais na constituição de Estados-nação modernos, mas à custa do extermínio genocida das populações aborígenes. E, portanto, com limites insalváveis, a menos que ocorra uma descolonização radical das relações com as populações que descendem dos aborígenes sobreviventes e que, como todo mundo sabe, já estão em movimento, em ambos os países.

No México, uma revolução social, entre 1910 e 1930, iniciou esse processo de descolonização das relações de poder, mas suas tendências radicais foram logo derrotadas e o processo não pôde ser tão profundo e global que permitisse a plena afirmação de uma sociedade e de um Estado democráticos nacionais. Essa derrota não tardou em produzir suas conseqüências, perceptíveis no

estrangulamento crescente da descolonização da sociedade e nas tendências atuais que se orientam para a reconstituição da associação entre o capitalismo e a colonialidade do poder. Contudo, se trata do único lugar da América Latina onde a sociedade e o Estado avançaram durante um período importante no processo de descolonização do poder, de democratização/nacionalização. Nos demais países, as revoluções que se orientavam para o mesmo horizonte, entre 1925 e 1935, foram derrotadas sem exceção. E desde essa época, os processos têm sido, em toda parte, erráticos, parciais e, finalmente, precários. As guerras civis centro-americanas, desde os anos 1950 até há pouco, que obviamente expressaram os mesmos conflitos e interesses, mostraram a ilegitimidade e a conflitividade inevitáveis da colonialidade do poder nesses como em todos os demais países, mas as forças sociais descolonizadoras foram derrotadas.

Em termos realistas, só nos países do “centro”, primeiro, e naqueles onde foram possíveis profundas revoluções sociais triunfantes, como na China, ou onde as guerras e as derrotas tornaram possíveis processos relativamente importantes de democratização social, como no Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Nova Zelândia, se pode verificar o desenvolvimento de processos de Estado-nação, ainda que com diversos graus de afirmação e de maturidade na direção de Estados-nação modernos. A China, por exemplo, é hoje um Estado central fortalecido depois de 1949. O que não é de todo seguro é que já tenha atingido o *status* de uma sociedade totalmente nacional, já que existe no mesmo espaço de um império colonial e certamente não tem deixado de ser um despotismo burocrático.

Notavelmente, não é naqueles países e especialmente nos do “centro” (Estados Unidos, Europa ocidental, Japão) onde se pode observar a erosão ou declínio da institucionalidade do moderno Estado-nação. O processo iniciado de unificação política dos países da Europa ocidental não tem o significado de uma erosão do Estado-nação moderno, mas da constituição de um novo e mais amplo espaço de dominação para sua vigência. Ou há quem sugira que é o tamanho do espaço de dominação o fator que decide pelo caráter do Estado? Ou que a União Européia terá de novo um Estado absolutista ou despótico só pela ampliação do espaço de dominação?

Somente nos países em que não foi possível atingir ou afirmar os processos de democratização/nacionalização de sociedades e Estados, ou processos de formação de modernos Estados-nação, se pode observar processos de erosão do que se havia conseguido avançar nessa direção.

Trata-se aqui de processos de desdemocratização da sociedade e do Estado e nessa medida de desnacionalização de ambos, como parte de uma tendência mundial de reconcentração do controle mundial das instituições de autoridade pública, isto é, do Estado em primeiro termo, e da gradual constituição de uma trama mundial de instituições, estatais e privadas, de autoridade pública, que parecem operar como um governo mundial, invisível, mas real.

A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA: UMA CONTRA-REVOLUÇÃO GLOBAL

Poucas vezes na história do período da modernidade poder-se-ia observar um grau tão notável de reconcentração do controle do poder, especificamente no âmbito do trabalho e da autoridade pública. Semelhante extremo é quase equiparável ao que ocorreu com o colonialismo europeu entre os séculos XVI e XIX.³¹

Poder-se-ia situar o curso desse processo entre meados da década de 1970, quando eclode a crise mundial do capitalismo. E seu momento de aceleração desde finais da década de 1980, a partir da famosa “queda do muro de Berlim”, em 1989. E, muito notavelmente, implica uma mudança verdadeiramente dramática em relação ao período imediatamente anterior, por sua vez situada, grosso modo, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e meados dos anos 1970.

Ao se comparar ambos os períodos, pode-se começar a perceber o decisivo significado histórico dessa mudança drástica. Brevemente, já que se trata de uma história conhecida, me restringirei aqui somente a mencionar as linhas e fatos mais destacados do período entre 1945 e 1973:

1. A descolonização política do Sudeste Asiático (Índia, Indonésia, Indochina, Ceilão, etc.), do Oeste asiático (China, Coreia), da maior parte da África e do Oriente Médio, bem como das Antilhas, da Austrália, e da Nova Zelândia.



2. O triunfo de revoluções sociais profundas, na China, no Vietnã, na Bolívia, em Cuba, e a extensão de movimentos revolucionários de orientação “socialista” e de “libertação nacional”, incluídos os “socialismos africanos” implicaram, em alguns casos, a derrota militar dos Estados hegemônicos, como na Coreia, Vietnã, Argélia; e a queda de regimes autoritários e colonialistas como o de Portugal.
3. A extensão de regimes de *Welfare State* na Europa e nos Estados Unidos.
4. Os movimentos e regimes na América Latina de tendência nacional-democrática, que produziam reformas sociais e políticas orientadas para a democratização das relações sociais e políticas, incluindo a estatização dos recursos de produção: peronismo, velasquismo, allendismo.
5. O desenvolvimento de movimentos sociais radicalmente democráticos, anticapitalistas, antiautoritários e antiburocráticos, na Europa, Estados Unidos e em algumas zonas da Ásia e América Latina, que produziram na segunda metade dos anos 1960, sobretudo, vagas revolucionárias na França, Alemanha, Estados Unidos, China, México.
6. A extensão de movimentos sociais de democratização radical, os denominados de “liberação” nas relações sexuais, nas relações de gênero, nas relações “raciais” e “étnicas”, nas relações de idade.
7. O começo da crítica sistemática do eurocentrismo como perspectiva de conhecimento, sobretudo na América Latina no começo, mas em seguida na Europa, na Ásia e na África.

Todos esses processos implicaram: a) uma ampla *desconcentração do controle da autoridade pública*, arrebatando esse controle ao colonialismo europeu e ao imperialismo europeu e estadunidense; b) uma relativa, mas importante, *redistribuição do controle do trabalho* entre grupos de capitalistas imperialistas e locais; c) uma também relativa, mas igualmente importante, *redistribuição de benefícios e rendas*, seja por meio dos mecanismos do *Welfare State* nos países do “centro” ou por meio da extensão de emprego e serviços públicos (em especial, educação, saúde e segurança social públicas, na América Latina, Índia, etc.); d) em medida muito menor, uma relativa *redistribuição do controle de recursos de trabalho*, sobretudo por meio de “reformas agrárias” em diversos países, Japão, Coreia do Sul, América Latina; e) *last but not least*, a extensão da crítica anticapitalista e de movimentos políticos anticapitalistas, e de outros que radicalizavam as lutas antiimperialistas, a ponto de produzir uma virtual ameaça para o padrão mundial de poder em seu conjunto.

Todos esses processos, movimentos e conflitos produziram um cenário inequivocamente revolucionário em seu conjunto, na medida em que, ainda que de modos e medidas desiguais segundo regiões ou problemas, era o padrão de poder mundial, como tal, seja em seus regimes de exploração ou de dominação, ou em ambas dimensões, o que estava em jogo e em algum momento, como no final dos anos 1960, em efetivo risco.

Foi a derrota de todo esse contexto, pela combinação de medidas de reconcentração do controle sobre o trabalho, que se deu durante a crise mundial do capitalismo, e da derrota dos movimentos que alguns chamam “anti-sistêmicos”, primeiro por uma aliança entre os regimes rivais dentro do sistema, e da derrota e desintegração posterior dos regimes rivais mais influentes (a ex-União Soviética, o “campo socialista” europeu), que permitiram aos Estados-nação mais poderosos do padrão mundial de poder a rápida e relativamente fácil, sem resistência apreciável até agora, reconcentração do controle da autoridade pública, em muitos casos, uma clara reprivatização do Estado, como no caso peruano mediante o regime fujimorista.

Q QUE É A GLOBALIZAÇÃO?

Todo o anterior permite chegar a certas proposições necessárias:

1. a “globalização” consiste, antes de tudo, em uma reconcentração da autoridade pública mundial, a rigor uma reprivatização do controle da autoridade coletiva, sobre cuja base se impulsiona o aprofundamento e a aceleração das tendências básicas do capitalismo;
2. trata-se, assim, de uma reconfiguração do sistema de dominação política, associada às mais recentes tendências da exploração ou controle capitalista do trabalho;
3. a correspondente expressão institucional no “centro” é, de um lado, a configuração de um bloco imperial mundial, integrado pelos Estados-nação que já eram mundialmente hegemônicos, sob o predomínio do principal deles, os Estados Unidos; do outro lado, o bloco de corporações mundiais de capital financeiro;
4. o bloco imperial mundial está tramado estruturalmente com as instituições de controle e de administração do capital financeiro mundial, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Clube de Paris, e de controle e administração da violência mundial como o Tratado do Atlântico Norte ou o Sistema Interamericano de Defesa Regional;
5. o conjunto dessa trama institucional, estatal e paraestatal tende a operar como um governo mundial invisível;
6. na “periferia”, a expressão institucional mais destacada do processo é a desnacionalização e desdemocratização dos Estados de tendência nacional e, nesse sentido específico, trata-se de uma contínua erosão das tendências de Estado-nação moderno nas áreas não-centrais do capitalismo;
7. na medida em que o conjunto de tais processos é o resultado da derrota mundial dos regimes, organizações e movimentos rivais ou antagônicos ao padrão de poder capitalista mundial colonial/moderno e eurocentrado, a atual “globalização” desse padrão de poder tem o caráter de um processo contra-revolucionário em escala global.

Esse caráter basicamente político da chamada “globalização” mostra que não se trata, como em sua imagem mítica, de uma espécie de fenômeno

“natural”, inevitável e inescapável em consequência. Pelo contrário, trata-se do resultado de um vasto e prolongado conflito pelo controle do poder, do qual saíram vitoriosas as forças que representam a colonialidade e o capitalismo. E, em consequência, a “globalização” é uma inevitável arena de conflitos tanto entre os vencedores e vencidos como entre os próprios vencedores, suscetível, portanto, de outros resultados.

Apenas de passagem, desta vez, é pertinente assinalar que a reconcentração do controle sobre o trabalho e sobre a autoridade pública não tem implicado reconcentração do controle global sobre todas as outras áreas do poder, especialmente nas relações intersubjetivas de dominação social, a de “raça”, a de “gênero” e no modo de produzir conhecimento. A colonialidade do poder, a família burguesa e o eurocentrismo continuam sendo, sem dúvida, mundialmente hegemônicos. Mas nessas dimensões do atual padrão de poder e em suas respectivas instituições, até hoje, a crise tem se aprofundado e vem se tornando mais explícita.

DA PERSPECTIVA NACIONAL À GLOBAL?

Há também algo neste campo que, se não é exatamente novo, de toda maneira é provavelmente novidade para muitos leigos no assunto. Trata-se da mudança de perspectiva implicada na idéia e na imagem vinculadas ao termo “globalização”. Depois de muito tempo, agora é possível, inclusive é quase um consenso comum, confrontar o poder e em primeiro termo o capitalismo, em sua verdadeira e permanente escala: a global.

Não só Marx, na verdade, mas virtualmente todos os que depois dele debatiam essas questões até antes da Primeira Guerra Mundial tinham em mente a idéia de capitalismo mundial. Mas desde então até depois da crise mundial iniciada em meados dos anos 1970, a perspectiva global do capitalismo como padrão mundial de controle do trabalho foi deixada de lado em favor da perspectiva chamada nacional, isto é, referida ao Estado-nação.

Esse deslocamento de perspectiva implicou, necessariamente, também um deslocamento de problemática, ou, em outros termos, das principais perguntas significativas que era pertinente fazer-lhe à experiência (ou à “realidade”) e do significado

atribuível às observações, aos descobrimentos ou às verificações.

Tais deslocamentos de perspectiva e de problemática ocorreram sob a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva básica de conhecimento. A referência privilegiada do Estado-nação à européia não teria sentido de outro modo, já que não havia chegado, nem o realizou até hoje, a ser a real estrutura de autoridade pública da “periferia”.

Esses deslocamentos afetaram, ainda que em modos e medidas diferentes, a todas as verrentes do debate. Isto é, não somente aos defensores do capitalismo e de suas formas associadas de poder, mas também aos que exerciam ou tentavam exercer sua crítica teórica e política. Enquanto para aqueles se facilitava a defesa teórica de seu sistema, para os últimos o resultado foi teórica e politicamente desastroso. Em primeiro lugar, perpetuou-se a visão a histórica dualista/evolucionista entre os chamados pré-capital e capital. Em segundo lugar, perdeu-se de vista o caráter global das relações fundamentais entre os processos de dominação e de exploração, dos processos de classificação social e de suas relações com os espaços particulares de dominação chamados, com ou sem razão, nacionais.

Nessas condições não era possível reconhecer, uma vez que não se podia vê-las, as tendências do capitalismo que agora estão à vista de todos e que por isso, principalmente, se presumem novas. Em especial, a polarização social global da população mundial entre uma minoria rica e uma imensa maioria continuamente empobrecida, a constante concentração de capital, a contínua revolução dos meios de produção, e a tendência ao esgotamento do interesse e da necessidade de converter a força de trabalho em mercadoria.

Essa perspectiva não só tomava um Estado-nação, real ou suposto, como unidade de estudo mas também como perspectiva teórica e metodológica para indagar as tendências e processos gerais do capitalismo. Essa perspectiva de conhecimento só podia ser reducionista. E, de imediato, a partir dela não era em absoluto difícil de mostrar que nos Estados-nação modernos, dos países do “centro”, as tendências globais que agora são patentes para todo mundo, não tinham lugar, ou não eram ainda tão evidentes como hoje. Que, portanto, as dificuldades do desenvolvimento capitalista nos demais países eram uma questão de “modernização”,



isto é, em seus termos, de colocar-se na mesma rota que os mais “avançados”. Ou de tempo e acerto nas medidas de política econômica, para aqueles que já houvessem ingressado nesse caminho. Em todo caso, era um problema “nacional” e devia resolver-se por meio do Estado-nação. Quer dizer, não era um problema do poder mundial nem do capitalismo mundial.

COLONIALIDADE E ESTADO- NAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

O nacionalismo latino-americano foi concebido e tem atuado sob uma perspectiva eurocêntrica de Estado-nação e nacionalismo, como uma lealdade a uma identidade estabelecida ou assumida pelos beneficiários da colonialidade do poder, à margem e não poucas vezes contra os interesses dos explorados/dominados pelo colonialismo e capitalismo. Por isso o liberalismo latino-americano se atolou na quimera de uma modernidade sem revolução social. O “materialismo histórico” naufragou em outro pântano, de natureza igualmente eurocêntrica: a idéia de que os dominadores desses países eram e são, por definição, “burguesias nacionais e progressistas”. Desse modo, se confundiu as vítimas e se desviaram suas lutas pela democratização/nacionalização de suas sociedades, onde a descolonização social, material e intersubjetiva, é a condição *sine qua non* de todo possível processo de democratização e de nacionalização.

A descolonização é o piso necessário de toda revolução social profunda. Inclusive para um desenvolvimento enérgico do capitalismo nesses países seria necessária essa revolução/descolonização, como o demonstra o destino dessa região na economia mundial e os inúteis e inoportunos projetos e discursos atuais de “integração” de mercados, seja no Pacto Andino ou no Mercosul.³²

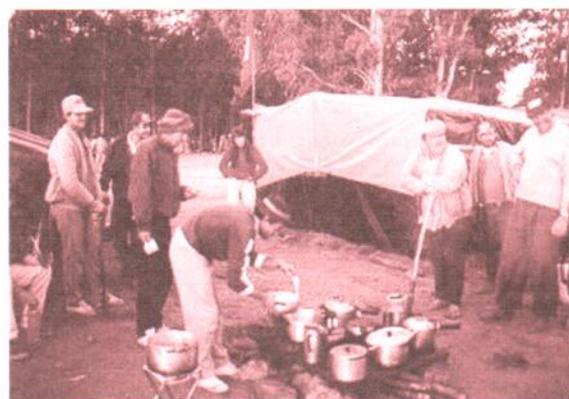
Enquanto essas condições não forem removidas, a soberania nacional não pode consistir na defesa dos interesses dos donos do Estado de uma sociedade colonial e do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, antes sócios menores dos interesses imperiais, hoje apenas seus agentes administradores no espaço de dominação chamado nacional. Isso é antagônico aos interesses da imensa maioria dos trabalhadores. O fujimorismo é a mais acabada expressão dessa experiência perversa.³³

Nas condições da “globalização” contrarrevolucionária do mundo, o desenvolvimento de Estados-nação à moda europeia é um caminho cego. E o discurso de que somos sociedades multiétnicas, multiculturais, multiétnicas, etc., não implica, não poderá implicar a real descolonização da sociedade nem do Estado, e em vários casos, dos quais o fujimorismo no Peru é a ilustração *par excellence*, serve para escamotear as pressões para a relegitimação do racismo/etnicismo e desvirtuar as lutas sociais contra essas formas de dominação.³⁴

Para os países onde a colonialidade do poder é a base real das relações de poder, a cidadanização, a democratização, a nacionalização não podem ser reais a não ser de modo precário no modelo eurocêntrico de Estado-nação. Os povos latino-americanos terão de encontrar outra via alternativa. A comunidade e a associação de comunidades como a estrutura institucional de autoridade pública, local e regional, já assomam no horizonte, com o potencial de chegar a ser não só o marco institucional mais apto para a democracia das relações cotidianas entre as pessoas, mas estruturas institucionalizadas mais eficazes e mais fortes do que o Estado, para o debate, a decisão, o planejamento, a execução e a defesa dos interesses, necessidades e trabalhos e obras de vasto alento da população mundial.

A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

O que o termo *democracia* significa no mundo atual, no padrão mundial de poder colonial/moderno/capitalista/eurocêntrico, é um fenômeno concreto e específico: *um sistema de negociação institucionalizada dos limites, das condições e das modalidades de exploração e de dominação, cuja figura institucional emblemática é a cidadania e cujo marco institucional é o moderno Estado-nação.*³⁵



A pedra de toque desse sistema é a idéia da igualdade jurídica e política dos desiguais nas demais áreas da existência social. Não é difícil perceber o que está implícito historicamente nela, a confluência e a trama entre três processos: a) a secularização burguesa e sua expressão na nova racionalidade eurocêntrica; b) as lutas entre o novo padrão de poder e a “antiga ordem” pela distribuição do controle da autoridade coletiva; c) as lutas pela distribuição do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, no período do capital competitivo, sobretudo entre os próprios grupos burgueses, e desde o ingresso no período monopolista, principalmente entre o capital e o trabalho.

Fora dessa confluência histórica não se poderia explicar, nem entender, a instalação da idéia da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social como questões centrais das relações sociais, como expressão da racionalidade no período da modernidade. A dessacralização da autoridade na configuração da subjetividade, de modo que o foro interno individual fosse autônomo, é parte da secularização da subjetividade, do novo modo da subjetificação das pessoas e é o fundamento da liberdade individual. Mas, por sua vez, as necessidades do mercado capitalista, bem como as lutas pelo controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, obrigavam ao reconhecimento da igualdade social e à solidariedade de todos os seus participantes. Essa confluência das idéias de igualdade social, de liberdade individual e de solidariedade social constitui a própria base da admissão de que na sociedade todos têm igual possibilidade de participar no controle do trabalho, bem como no controle da autoridade coletiva, que pela primeira vez se torna pública. A democracia se estabelecia, desse modo, como a cifra e compêndio da modernidade.

Dois elementos condicionaram, sem dúvida, de modo decisivo esses processos. Em primeiro lugar, o novo padrão de poder tinha caráter moderno, mas capitalista. Portanto, não só a racionalidade e a modernidade, mas também a desigualdade social, a exploração e a dominação lhe são constitutivas. O mercado, em consequência, operava como piso da igualdade, mas ao mesmo tempo como seu teto, ou seja, como seu limite. O mercado põe em situação formal de igualdade agentes de desiguais condições sociais. Da mesma maneira, o foro individual não podia ter a mesma ilimitada autonomia para todos os indivíduos em qualquer das áreas de existência social onde o poder estava comprometido: o sexo, seus recursos e seus produtos, em primeiro lugar. Assim, as mulheres não obtiveram então esse foro próprio, não poderiam participar no âmbito do público, mas apenas no privado, onde ficaram reclusos a família, a atividade sexual e seus produtos, o prazer e a prole. Do mesmo modo no trabalho, seus recursos e seus produtos, em segundo lugar. Os que haviam sido ou seriam totalmente vencidos na luta pelo controle respectivo e que não dispunham, para tanto, de nada além de sua própria força de trabalho para participar no mercado não poderiam tampouco ser iguais a não ser dentro dos limites do mercado, nem individualmente livres para além de sua subalternidade.

De todo modo, as relações sociais teriam desde então um caráter novo: sua intersubjetividade marcada pelo domínio dessa nova racionalidade e sua materialidade marcada pelo mercado capitalista. Portanto, desde então, o conflito social consistiria, antes de tudo, na luta pela materialização da idéia de igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social. A primeira coloca em questão a exploração. As outras, a dominação. A democracia se constituía, assim, na área central do conflito de interesse de acordo com o novo padrão de poder. Todo o processo histórico deste padrão específico de poder tem consistido no contínuo desdobramento dessa contradição: de um lado, os interesses sociais que pugnam, todo o tempo, pela contínua materialização e universalização da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social. Por outro lado, os interesses que pugnam por limitá-las e, enquanto fosse possível, reduzi-las, ou melhor, cancelá-las, exceto para os dominantes. *O resultado até agora tem sido a institucionalização da negociação dos limites e das modalidades de dominação, e a*

cidadania é sua expressão precisa. Dos limites da cidadania, depende a negociação dos limites e das modalidades da exploração. O universo institucional que resultou dessas negociações é o chamado Estado-nação moderno. Isso é o que se conhece como democracia no atual padrão de poder.

Em segundo lugar, o novo padrão de poder era colonial/eurocêntrico. Quer dizer, é baseado na colonialidade da classificação racial como classificação social básica e universal e, por essa determinação específica, era eurocentrado. Desses traços se originou o fato de que, durante quase dois séculos, desde fins do XVIII a meados do XX, essa contradição específica fundante da democracia não pudera estabelecer-se plenamente a não ser na Europa ocidental. Primeiro, porque nesses países não estava diretamente presente a colonialidade da classificação social, graças, precisamente, à colonialidade imposta entre os “europeus” e os demais membros da espécie. Segundo, porque neles havia sido concentrada a mercantilização da força de trabalho, de modo que o capital era a relação social universal. Terceiro, porque neles havia sido erradicada a modalidade senhorial de dominação. De outro modo, nos demais lugares do planeta, conforme foi se expandindo o colonialismo europeu, a colonialidade foi imposta como a classificação básica; devido a isso, a forma dominante de exploração tendia à exclusão do salário até fins do século XIX, e as formas de controle da autoridade tinham caráter estatal/colonial/senhorial.

Em todo caso, a plena institucionalização da negociação dos limites e das modalidades de dominação e de exploração aparece consolidada nas sociedades “européias” (Europa ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia) ainda que sob a “globalização” começa a ficar na defensiva. E foi lograda de maneira tardia e com claras limitações naquelas que não foram resultantes do colonialismo europeu e da colonialidade do poder, como o Japão, Taiwan, Coreia do Sul. Em todos os demais ainda é uma trajetória a percorrer, na

O mercado põe em situação formal de igualdade agentes de desiguais condições sociais.

maioria dos casos, ou por culminar como, em particular, na América Latina.

GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA

Circula profusamente no debate político atual, a idéia de que a democracia está em pleno curso de afirmação em todo o mundo. Essa idéia se refere

ao fato de que a maioria dos governos atuais no mundo é resultado de eleições. O voto, em consequência, é assumido como a exclusiva instituição definitiva da democracia.³⁶

Essa idéia de democracia é uma expressão do crescente caráter tecnocrático da racionalidade burguesa e eurocêntrica e escamoteia dois proble-

mas. Primeiro, que o governo de todos os Estados, e em especial o daqueles não-nacionais ou não plenamente nacionais, é exercido cada vez mais por tecnoburocracias não eleitas e completamente à margem da vontade dos votantes ou, pior, contra ela.³⁷ Contudo, essa tendência evidente é encoberta em um grosseiro contrabando intelectual, um argumento que a despeito de ser quase ridiculamente absurdo acabou sendo imposto como um virtual sentido comum: o governo dos assuntos econômicos, sobretudo, e em geral os assuntos do governo do Estado não são problemas políticos, mas técnicos! Segundo, essa relação entre políticas estatais e votos não poderia ser explicada separadamente da “globalização”, isto é, do atual processo de reconcentração do controle da autoridade pública, que reduz ou busca reduzir toda participação política dos cidadãos que não seja a do voto, para fazer possível a atuação local, nem sempre muito oculta, de um tipo de governo mundial tecnocrático ou “transgovernance”.

Com toda a importância vital que tem, sem a presença de condições democráticas nas relações sociais básicas o voto não só pode ser objeto de fraude, manipulado, escamoteado, bem como, ao ser exercido com plena legalidade, já não pode assegurar aos votantes o controle das instituições de autoridade pública.

Não pode ser admitido, em tais condições, que a democracia esteja, precisamente, em curso de expansão mundial e de afirmação. Ao contrário. O capital financeiro e a acumulação especulativa densificada passaram a dominar o capitalismo mundial, do conjunto da estrutura mundial de acumulação. E o exercem usando todos os recursos tecnológicos mais avançados e pondo a serviço de suas próprias finalidades e interesses a racionalidade e a produção do conhecimento. Essa é uma tendência estrutural atual do poder colonial/capitalista no mundo. Seu desenvolvimento requer que os espaços democráticos na sociedade sejam reduzidos, porque tais espaços implicam, necessariamente, uma distribuição igualmente democrática do acesso e do controle do trabalho, de recursos e de produtos, do sexo, de seus recursos e de seus produtos, da subjetividade e em primeiro lugar do conhecimento. Para tudo isso, é indispensável a distribuição democrática do controle da autoridade pública, isto é, do Estado. O Estado-nação moderno se constitui, tendencialmente, desse modo e sobre essas bases. Mas as necessidades atuais da acumulação especulativa requerem, também necessariamente, a redução desses espaços e, onde seja possível, sua eliminação ou o desvirtuamento de suas instituições, como a cidadania e o voto.

O caráter capitalista do poder que se “globaliza” e o domínio do capital especulativo na etapa atual do capitalismo são contrários à democratização da sociedade e, nessa medida, de sua nacionalização, já que todo Estado-nação moderno é nacional só quando e enquanto for representação de uma sociedade democrática. Esta “globalização” específica vai desocultando cada vez mais na medida em que se coloca contra os processos de nacionalização/democratização em todas as sociedades e Estados, mais imediata e drasticamente contra a afirmação de Estados-nação da “periferia” e em particular onde a colonialidade do poder preside as relações sociais, como nos países latino-americanos.

Por outra parte, não obstante toda sua capacidade reconhecida de distorsão, a racionalidade eurocêntrica pode ser levada a admitir a crítica e o debate de seus elementos de distorsão, e mais recentemente de sua colonialidade. Nessa medida e nessas condições foi um dos fundamentos centrais da legitimação mundial das idéias de igualdade social, de liberdade individual, e de solidariedade

O capitalismo financeiro
e a acumulação
especulativa densificada
passaram a dominar
o capitalismo mundial.

social que legitimou as lutas dos explorados, dos dominados, dos discriminados, não só contra seus opressores, não só para mudar de lugar no poder, mas também contra a opressão, contra o poder, contra todo poder. Mas desde a crise mundial de meados dos anos 1970 do século XX, as necessidades e os interesses da exploração pressionam essa racionalidade.

As tendências predatórias do capitalismo atual e a reconcentração do controle mundial do poder com o bloco imperial mundial abrem caminho aos fundamentalismos, a todos os preconceitos e mitos sobre os quais se baseia a sacralização das hierarquias sociais; pressionam na direção do uso exclusivamente tecnocrático do conhecimento, da ciência, da tecnologia, com o propósito explícito e excludente de fortalecer a exploração, a dominação, incluindo agora a intervenção tecnológica na biologia humana para perpetuar a discriminação racista/etnicista a serviço dos privilégios impostos, através do colonialismo e do imperialismo, contra a imensa maioria da espécie.

Há uma pressão ativa mundial pela desmodernização da vida das pessoas, não no sentido da crítica e eliminação do caráter colonial da versão eurocêntrica da modernidade, mas pela re-legitimação das formas mais opressivas de poder. O poder foi quase eliminado como questão de pesquisa, de debate e em particular de crítica, exceto em um sentido tecnocrático e administrativo. Desse modo se legitima uma postura cínica como orientação da conduta cotidiana, já que o poder como elemento das relações sociais, de todas as relações sociais, não pode ser excluído da realidade.³⁸ O capital financeiro pressiona pela mercantilização radical de todo conhecimento e o bloco imperial mundial procura a militarização do controle da pesquisa científica e da tecnologia.³⁹ O capitalismo especulativo que marca essa etapa da “globalização” exacerba todas e cada uma dessas tendências.

Nesse sentido específico, a “globalização” implica riscos mais profundos e decisivos que em nenhum momento da história dos últimos 200 anos. Desta vez não se trata somente de tendências de autoritarismo, como o nazismo, o fascismo, o estalinismo emergindo ao revés de tendências democráticas mais fortes que faziam, ainda, parte do contexto histórico da modernidade e que en-

**NO DEJAREMOS QUE NOS DESTRUYAN
NI QUE NOS PISOTEEN NUESTROS
DERECHOS COMO INDIGENAS...**



**ESTAMOS AQUÍ PARA DEFENDER NOS
CON NUESTRA RAZON, CON
NUESTRA HISTORIA Y CON NUESTROS
DERECHOS!**

volviam não somente os explorados e dominados, mas também uma parte importante da burguesia mundial, posto que as tendências do capitalismo não podiam chegar a seus extremos atuais pela resistência mundial, pelos conflitos entre poderes rivais, pelas lutas mundiais contra o atual padrão de poder. Mas essas lutas foram derrotadas e os conflitos e rivalidades pela hegemonia mundial foram controlados e deram passagem ao bloco imperial mundial. Por tudo isso, agora se trata, infelizmente, de tendências que parecem configurar-se no mesmo patamar da sociedade e da cultura desse padrão de poder, em direção à formação e à reprodução de um novo sentido comum universal em que o poder, as hierarquias sociais, o controle desigual do trabalho e de seus recursos e produtos, o controle desigual e concentrado da autoridade e da violência, o controle repressivo e mercantil do sexo, da subjetividade e do conhecimento sejam admitidos como legítimos e, em especial, como naturais.

Os últimos processos do capitalismo requerem a mais completa instrumentalização da ra-

cionalidade eurocêntrica. Desse modo, levam à relegitimação da desigualdade implicada na extrema polarização social em curso à redução das margens democráticas de acesso ao controle do trabalho, de seus recursos e produtos, bem como das margens de acesso ao controle da geração e manejo das instituições de autoridade pública e de seus recursos, em particular da violência.

Embora o capitalismo seja um dos termos básicos do eixo central do padrão atual de poder mundial, com processos que necessariamente irão agudizando suas atuais necessidades ou interesses, suas necessidades de dominação, principalmente política e cultural, serão empurradas na mesma direção. Os esforços políticos e tecnológicos do “transgoverno” mundial para concentrar todo o controle da comunicação e da informação, exatamente aquele que fascina a seus intelectuais e propagandistas como sinal de “integração” mundial, do apequenamento do mundo, estão nesse caminho.

AS PERSPECTIVAS: CONFLITIVIDADE E VIOLÊNCIA

Na imagem mítica da “globalização” que os publicistas do capitalismo e do bloco imperial mundial difundem, estaríamos imersos em um processo que escapa às intenções e às decisões das pessoas. Tratar-se-ia, pois, de um fenômeno natural, frente ao qual toda intervenção intencional seria, é, inútil. A imagem que circula em toda parte é que enfrentar a “globalização” é como se um indivíduo pretendesse deter um trem parando na frente dele.

E como se trata de uma integração econômica, política e cultural do mundo, seria necessário admitir que se trata de uma totalidade sistêmica da qual não há como escapar ou se defender.

Contudo, a indagação precedente torna pertinente observar, primeiro, que não existe tal coisa, a globalização, pois é impossível um padrão de poder totalmente homogêneo, sistêmico, mecânico ou orgânico, e em geral nenhuma totalidade histórica. A heterogeneidade histórico-estrutural de todo padrão de poder implica que os âmbitos de existência social e as respectivas formas de controle articuladas nele não podem ter ritmos sistêmica ou organicamente correspondentes. O que ocorre entre a “economia”, a “política” e a “cultura”, ou, de outra perspectiva, entre o trabalho, o sexo, a subjetividade

e a autoridade coletiva é uma relação descontínua histórica e estruturalmente, e do mesmo modo em cada uma de tais áreas. Assim, hoje é factível verificar ao observar as brechas e contradições atuais dentro da “economia”, em especial entre a “bolha” especulativa e a produção de novo valor material. Ou na “política” nas relações entre o bloco imperial mundial e os processos vinculados à luta atual por espaços autônomos para identidades nacionais, étnicas, etc. E, obviamente, entre tais “economia” e “política”, ou entre a crise da racionalidade eurocêntrica e as tendências a uma recolonização da intersubjetividade, ou, enfim, entre a crise dos padrões de classificação social e as tendências a uma reclassificação da população mundial em escala global. Essas razões têm levado alguns estudiosos a propor que se pense em termos de “globalizações” em cada área e em diversos períodos.⁴⁰

Em segundo lugar, o caráter basicamente político do que se chama “globalização”, tal como ficou demonstrado, em especial a respeito da seqüência entre um período de mudanças e riscos revolucionários cuja derrota permite impor o bloco imperial mundial, esclarece a curiosa idéia de que se trata de um tipo de fenômeno natural e não um avatar das disputas de poder e em conseqüência sujeito, sem dúvida, às intenções e às decisões das pessoas, quaisquer que sejam os prazos do conflito e de seus resultados.

Em terceiro lugar, a estrutura de poder que se processa na “globalização”, tanto nas relações de exploração quanto nas de dominação, mostra como um de seus problemas inerentes uma extremada conflitividade: entre capital e um universo de trabalho mais heterogêneo e menos controlável em conseqüência; entre o capital financeiro e uma massa de trabalhadores enredados entre a falta de emprego assalariado e ingressos, e a inescapável necessidade de sobreviver no mercado; entre ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais numerosos e cada vez mais pobres; entre o bloco imperial mundial e os Estados locais e suas tendências nacionais e regionais; entre os Estados que batalham por hegemonias regionais; entre as lutas pela redução ou simples extinção da democracia e as que batalham por sua consolidação política e sua ampliação à sociedade; enfim, entre as tendências crescentes de reducionismo tecnocrático no modo

de produzir conhecimento e as tendências mundiais para outra racionalidade não-eurocêntrica.⁴¹

O que se diz acima não é, de modo algum, uma enumeração exaustiva. Mas põe a descoberto fontes e tendências insanáveis de conflitos que começam a emergir à superfície e a transformar em lutas ativas. Essa extrema conflitividade inerente ao momento atual do padrão de poder mundial é também o sinal de sua impossível estabilidade. E essas condições podem significar apenas o potencial igualmente extremo de violência contido nessa situação e que tem expressões cuja ferocidade é patente para todos, no Golfo Pérsico, no Chifre da África, em Ruanda-Burundi-Congo, nos Balcãs, no Oriente Médio, na ex-União Soviética, como na Chechênia agora, ou na América Latina, na Colômbia e em toda a área andino-amazônica. Essa violência, muito provavelmente, está começando.

E nem sequer tocamos ainda nos possíveis conflitos mais violentos que parecem estar se preparando no futuro entrevisível: as disputas entre o bloco imperial e a China (e eventualmente China-Índia-Rússia); no bloco, entre os Estados Unidos e a União Européia, de cada um e de ambos com o Japão ou com a Rússia. Difícil admitir, diante dessas perspectivas, as imagens mistificadas que circulam no universo de comunicação e de informação sob controle do capital financeiro global.



Em suma, a “globalização” do padrão de poder mundial ameaça levar a seus extremos a polarização social, a reconcentração de controle do poder mundial em mãos de uma pequena minoria da espécie, com a recolonização do mundo em uma estrutura imperial de domínio a serviço das piores formas de exploração e de dominação; ameaça de desdemocratização, portanto a desmodernização das relações sociais, materiais e intersubjetivas, com a extrema tecnocratização do conhecimento. Coloca a descoberto, pela primeira vez de maneira explícita, a velha ameaça eurocêntrica de uma barbárie técnica.

AS OPÇÕES ALTERNATIVAS

É necessário estabelecer, em primeiro lugar, com toda a clareza, que tais tendências e perspectivas de aumento da exploração e da dominação no mundo e, devido a isso, de permanente conflitividade e extrema violência não têm nada a ver com a integração mundial do intercâmbio de bens, de serviços, de informação e de transporte, com o apequenamento do mundo, com a mudança de nossas relações com o tempo e o espaço. O que está em questão não é, em consequência, a integração do mundo, mas o caráter capitalista, contra-revolucionário e predador do poder mundial que se “globaliza”. A integração democrática do mundo é, pelo contrário, um dos mais ilustres sonhos da espécie.

Trata-se, pois, não de deter a integração do mundo, mas de permitir seu desenvolvimento mais completo, de liberá-la tanto quanto possível de conflitividade sistemática e de violência extrema, de modo que a diversidade da espécie deixe de ser um argumento da desigualdade na sociedade, que as relações sociais entre as várias identidades entre a população do planeta possam ser entre seres socialmente iguais e individualmente livres.

Nessa perspectiva, trata-se, em primeiro lugar, de liberar o processo de integração mundial das tendências do capitalismo e do bloco imperial mundial. Isso implica, necessariamente, a redistribuição mundial do poder, isto é, do controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos; do controle do sexo, de seus recursos e de seus produtos; do controle da autoridade coletiva, de seus recursos e de seus produtos; do controle da subjetividade e, antes de tudo, do modo de

produção do conhecimento. Tal redistribuição significa a volta do controle de cada um dos âmbitos vitais da existência social à vida cotidiana dos homens e mulheres desta terra.

É verdade que durante mais de duas décadas a desintegração do “campo socialista” europeu, a derrota mundial dos movimentos “anti-sistema”, o eclipse do “materialismo histórico” como discurso legitimador do “socialismo” entre os principais elementos que se desencadearam junto com a crise mundial desde meados dos anos 1970 permitiram a “globalização” da dominação imperialista. A derrota política foi acompanhada da desintegração social e política do mundo do trabalho e de seus associados. Originou a desmoralização e a

A derrota política foi acompanhada da desintegração social e política do mundo do trabalho e de seus associados.

desocupação política, quando não a aberta decomposição dos derrotados. Produziu uma crise de identidade social mundial profunda, subalternizou de novo o discurso social dos dominados e explorados, inclusive reconfigurou seu padrão de memória. Enquanto isso, o capital financeiro pôde levar a cabo, quase sem resistência, sua ação predatória contra sociedades e Estados dependentes e contra a

esmagadora maioria dos trabalhadores. Contudo, esse tempo começa a findar. A resistência está começando mundialmente. Para os latino-americanos basta olhar ao redor, uma vez que as lutas sociais já têm provocado crise e instabilidade políticas em toda a América do Sul.

Todo o tempo de derrota dos explorados e dominados permite aos que controlam o poder realizar mudanças profundas nas relações sociais de poder e muitas delas profundas e irreversíveis. Seria inútil ou, pior, derrotada de antemão, toda tentativa de luta pela simples restauração do que tem sido destruído ou modificado. A nostalgia não tem o mesmo rosto nem mira na mesma direção que a esperança. Mas, na ausência de uma proposta solucionadora e admitida de reconhecimento da realidade e de suas opções reais de mudança em benefício das vítimas do poder, em períodos semelhantes as lutas de resistência começam, quase sempre, com a memória do perdido, porque se trata

de reconquistar as poucas concessões arrancadas aos exploradores e dominadores.

E o que foi perdido nesses anos é muito amplo e muito forte: emprego estável, salários adequados, liberdades públicas, e na maioria dos países do mundo os espaços de participação democrática na geração e gestão da autoridade pública. Em outras palavras, a exploração tornou-se mais forte e a dominação mais direta. As lutas de resistência em todo o mundo se dirigem, precisamente, à reconquista de emprego, de salários, de espaços democráticos, de participação na gestão do Estado. O problema, não obstante, é que nas tendências atuais do capitalismo já não existem condições para a expansão do emprego assalariado, mas ao contrário para sua contínua redução.⁴² Se isso é correto, a fragmentação, a dispersão, a heterogeneidade de identidades sociais, étnicas e culturais da população mundial dos trabalhadores só continuarão aumentando. Nessas condições, a erosão dos espaços ganhos na democratização e nacionalização dos Estados locais da “periferia” também, provavelmente, não será revertida na maioria dos casos.⁴³

As necessidades atuais do capital pressionam hoje, inclusive nos países do “centro”, pela redução dos espaços democráticos de negociação dos limites da exploração e da dominação e pelo desvirtuamento de seus propósitos, identificada a democracia apenas com o voto. Na vasta “periferia”, a colonialidade do poder bloqueou a plena democratização e nacionalização das sociedades e Estados e hoje as pressões do bloco imperial mundial reduzem continuamente os espaços ganhos e em muitos casos têm conseguido quase anulá-los. E sem o controle da autoridade pública ou sem sequer uma participação plena e consolidada em sua constituição e em sua gestão os limites da exploração e da polarização social atual não podem ser controlados.

A luta pela democratização e nacionalização de sociedades e Estados é, ainda, sem dúvida, uma tarefa mundialmente importante na defesa dos direitos conquistados ou de sua reconquista. Mas é indispensável admitir que esse é um caminho limitado, ao se manter a perspectiva eurocêntrica de Estado-nação moderno. E em todo caso, agora é visível que no mais moderno, democrático e nacional dos Estados, a democracia não deixou de

ser, não poderá deixar de ser, mais do que um espaço de negociação institucionalizado das condições, dos limites e das modalidades de exploração e de dominação.

Por sua vez, dadas as tendências de limitação crescente à mercantilização da força de trabalho, de criação e de ampliação do emprego assalariado, a heterogenização, a fragmentação, a dispersão, a multiplicação de interesses e identidades locais conspiram de modo crescente contra a organização e mobilização dos trabalhadores nas formas estabelecidas durante os séculos XIX e XX. E, nessas condições, a luta pelo controle do Estado é um caminho limitado e poderia ser, no fim das contas, cega. Isto é, o controle mais ou menos democrático do Estado, a cidadania como igualdade jurídica de desiguais no poder não levou, não pode levar a uma expansão contínua da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social, da democracia em suma. Os espaços ganhos estão agora em questão no “centro” e são erodidos sem cessar na “periferia”. E nas atuais condições sociais e políticas e de provável ou certo desenvolvimento de suas já assinaladas tendências as lutas dos dominados pelo controle do Estado poderiam ser exitosas só de modo excepcional e precário.

A prolongada experiência tem demonstrado, amplamente também, que é inútil tratar de impor à realidade nossos desejos e aspirações por atrativos e plausíveis que possam ser ou parecer. Em lugar disso, é indispensável observar no cenário atual do mundo as tendências e possíveis tendências que implicariam outras formas de organização, de identificação dos trabalhadores e de organização da sociedade.

Nessa perspectiva, é demonstrável hoje que são os próprios processos do capitalismo e as tendências de dominação imperial que estão impelindo tendências alternativas. Assim, por um lado, na área do controle do trabalho, dos recursos e dos produtos, devido às limitações na mercantilização da força de trabalho e da correspondente crise na produção de emprego assalariado, estão de volta a escravidão, a servidão pessoal, a pequena produção mercantil independente é mais ubíqua que nunca e é o coração do que se etiqueta como “economia informal”. Na área de controle da autoridade, a formação do bloco imperial mundial e a erosão dos processos locais de Estado-nação na “periferia”, estão associadas à

reprodução de formas locais, pré-modernas, de autoritarismo, de hierarquização da sociedade e de limitação à individualização, como ocorre com as tendências fundamentalistas em todo o mundo. Porém, frente a elas também estão em reexpansão a reciprocidade na organização do trabalho e a comunidade como estrutura de autoridade pública.

Essas tendências precisam ser estudadas e debatidas em relação a seu potencial de ampliação e consolidação da igualdade social, da liberdade individual e da solidariedade social em escala global. Já se sabe que na escravidão ou na servidão todo resquício de democracia é nulo ou só existe para os amos, uma reduzida minoria. O que o salariado e o capital permitem em termos de democracia já foi verificado profundamente, bem como se verificam agora suas crescentes limitações e seus prováveis caminhos cegos em um prazo não muito longo. Em troca, a reciprocidade consiste, precisamente, no intercâmbio socializado do trabalho e da força de trabalho, de seus recursos e de seus produtos. E a comunidade como estrutura de autoridade é, sem dúvida, a forma de socialização ou democratização plena do controle da geração e da gestão da autoridade pública. E ambas as tendências têm lugar agora no mundo urbano novo, no produzido como cenário central da sociedade e da cultura do capitalismo e da modernidade, como relações livres entre indivíduos livres.⁴⁴

A teoria eurocêntrica sobre a democracia coloca os arranjos de autoridade entre os senhores escravistas da pólis ateniense do século V a.C., como o momento de origem da linhagem européia ocidental da democracia, e à institucionalização dos arranjos de poder entre o senhorio feudal e a coroa na Inglaterra, no século XIII, na famosa Carta Magna e depois no Parlamento, como o momento de reinício moderno de sua história. Não por acaso, mas porque permite perpetuar o mito do indivíduo isolado, concentrado em si mesmo e contraposto ao social, e do mito que o funda e que funda na realidade a versão eurocêntrica da modernidade, o mito do Estado de

A prolongada experiência tem demonstrado, amplamente também, que é inútil tratar de impor à realidade nossos desejos e aspirações por atrativos e plausíveis que possam ser ou parecer.

natureza como momento inicial da trajetória civilizatória cujo apogeu é, por certo, “Ocidente”.

Essa teoria, no entanto, bloqueia a percepção de outra linhagem histórica da democracia, sem dúvida mais universal e mais profunda: a comunidade como estrutura de autoridade, isto é, o controle direto e imediato da autoridade coletiva pela população de um espaço social determinado. Para não ir mais longe, essa linhagem não está ausente da própria história da Europa ocidental. No mesmo século XIII as comunidades camponesas da área helvética se reuniram e decidiram associar-se, como comunidades, na Confederação Helvética, para defender-se conjuntamente do despotismo feudal e do despotismo imperial. A atual república Suíça é a adaptação dessa trajetória às condições do capitalismo e do Estado-nação moderno, mas mantendo duas instituições-chave da democracia direta: o referendo, isto é, a consulta à cidadania de toda decisão que afete de modo significativo a vida coletiva, e a ausência de forças armadas profissionais, separadas do controle da cidadania. A defesa exterior e a segurança interior são realizadas de modo direto, institucionalizado, pela comunidade. Não é em vão que a Suíça tem sido reconhecida como um modelo particular de democracia avançada nas condições do capitalismo.

Estas são, certamente, proposições de pesquisa e de debate. Mas se não são arbitrárias, se as tendências assinaladas são ativas e vitais no mundo atual, com a formação de comunidades e de associações regionais de comunidades, como estrutura genuinamente democrática de autoridade pública, como autogoverno popular em muitas áreas urbanas e semi-urbanas do mundo, sobretudo na “periferia”; com a reciprocidade como forma de organização do trabalho e de distribuição democrática de seus recursos e de seus produtos, associada hoje em parte à chamada “economia informal” em todo o mundo, um horizonte novo está, talvez, emergindo para as lutas mundiais por uma nova sociedade na qual a democracia não seja somente negociação institucionalizada do conflito contínuo entre vencedores e vencidos, mas também o modo de vida cotidiano das pessoas.

NOTAS

¹ Sobre essa proposta, ver A. Quijano, “Poder y derechos humanos”, em *Poder, salud mental y derechos humanos* (Lima: Cecosam, 2001).

² A discriminação de “gênero” é, talvez, a mais antiga na história da espécie. Mas no atual padrão mundial de poder ficou subordinada à colonialidade do poder. E na medida em que sobre ela há um longo debate e uma inesgotável literatura, parece-me necessário enfatizar a colonialidade específica do atual padrão de poder.

³ Ver A. Quijano, “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, em Edgardo Lander (org.), *Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales* (Bueno Aires: Clacso-Unesco, 2000), pp. 201-246. Aqui, sem dúvida, é útil notar que os termos “colonialidade” e “colonialismo” se referem a fenômenos e questões diferentes. O “colonialismo” não se refere à classificação social universalmente básica que existe no mundo há 500 anos, mas à dominação político-econômica de alguns povos sobre outros e é milhares de anos anterior à colonialidade. Ambos os termos estão, obviamente, relacionados, já que a colonialidade do poder não teria sido possível historicamente sem o específico colonialismo imposto ao mundo a partir do final do século XV.

⁴ *Ibid.*

⁵ Para essa discussão, ver A. Quijano, “Estado-nación, ciudadanía y democracia, cuestiones abiertas”, em Heidulf Schmidt & Helena Gonzáles (orgs.), *Democracia para una nueva sociedad* (Caracas: Nueva Sociedad, 1998); “El fantasma del desarrollo”, em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, nº 2, (Caracas, Universidad Central de Venezuela, 2000).

⁶ *Ibid.*; *Towards a Non-Eurocentric Rationality*, documento apresentado ao simpósio “Subalternidade e Colonialidade”, Duke University, outubro de 1998; e “Colonialidad del poder y clasificación social”, em *Festschrift for Immanuel Wallerstein*, vol. I (Nova York: Fernand Braudel Center/Binghamton University, 2000).

⁷ De certo modo, a oposta hegeliana desenvolvida por Kojève e retomada por Fukuyama (o fim da história) implica essa idéia de culminação desse padrão de poder. Ver A. Quijano, “¿El fin de cual historia?”, em *Análisis Político. Revista del Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales*, nº 32, (Bogotá, Universidade Nacional da Colômbia, set.-dez. 1997 pp. 27-32).

⁸ Sobre as implicações da “revolução científico-tecnológica”, é muito ilustrativo acompanhar o desenvolvimento que vai dos estudos do Coletivo Radovan Richta em Praga, antes da invasão dos tanques russos, em 1969, à visionária “Aldeia global” macluhaniana. Ver, por exemplo, A. Quijano, “Tecnología del transporte y desarrollo urbano”, no volume coletivo *Aproximación crítica a la tecnología en el Perú* (Lima: Mosca Azul, 1982).

⁹ N. Birsall, “Life is Unfair: Inequality in the World”, em *Foreign Policy*, Carnegie Endowment for International Peace, Summer 1998, pp. 76-93; também em Robert Griffiths (ed.), *Developing World 99/00*, Dushkin-McGraw Hill-Guilford, CT, USA, 1999, pp. 25-34.

¹⁰ Ver Paul Krugman, “The Right, the Rich and the Facts: Deconstructing the Income Distribution Debate”, em *American Prospect*, Fall, 1992. De Michael Bruno, Martin Ravallion y Lynn Squire, *Equity and Growth in Developing Countries* (Washington: World Bank, 1996), citado em Nancy Birsall, Nancy Birsall, “Life is Unfair: Inequality in the World”, cit., p. 33. Sobre o Brasil, ver os números mais recentes: “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão federal, acaba de divulgar índices aterradores, que valem como balanço destes cinco anos e quatro meses de governo de FHC: 1% da população tem em suas mãos uma riqueza superior a 50% dos

brasileiros. Ou seja, cerca de 1,6 milhão de pessoas possuem uma fortuna superior à soma dos bens de 83 milhões de brasileiros; 19,6% das famílias têm uma renda mensal de, no máximo, 1/2 salário mínimo; Frei Beto, “Los rumbos de la oposición”, em *América Latina em Movimiento*, nº 314, Alai, 23 de maio, 2000, pp. 2-3. E, na Venezuela, segundo um informe da Cepal, a renda de 40% da população urbana mais pobre caiu de 16,85 para 14,7% entre 1990 e 1997, enquanto que a dos 10% da população urbana mais rica subiu de 28,4% para 32,8% no mesmo período (Cepal, *Panorama social de América Latina*, 1998, p. 64).

¹¹ *Developing World 99/00*, cit., p. 46.

¹² “This past year [1996] the government of Uganda spent only \$ 3 per person on health care, but spent \$ 17 per person on repaying its foreign debt. Meanwhile, one in the five Ugandan children will not reach their fifth birthday as a result of diseases that could be prevented through investment in primary health care”; Marie Griesgraber, “Forgive our Debts: The Third World’s Financial Crisis”, em *The Christian Century*, 22-1-1997, pp.76-83.

¹³ Por exemplo, J. Rifkin. *The End of Work* (Nova York: Jeremy Tarcher Inc. 1996); Dominique Meda, *Le travail, une valeur en voie de disparition* (Paris: Champs/Flamarion 1995). A investigação sobre as tendências nas relações entre trabalho e capital refere-se exclusivamente ao emprego assalariado. Seus achados produziram uma numerosa família de categorias: a “flexibilização”, a “precarização”, a “subcontratação”, o regresso do “putting-out system”, a “informalização”, entre as principais de uma abundante literatura. Sobre a América Latina ver, por exemplo, V. E. Tokman & D. Martinez, *Flexibilización en el margen: la reforma del contrato de trabajo* (OIT, 1999). Também os estudos contidos em Carlos Santigado (org.), *Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios Del Trabajo* (Porto Rico: Revista de Administración Pública/Universidade de Puerto Rico, 1996).

¹⁴ Em 1991 a OIT reconhecia a existência de 6 milhões de pessoas em situação de escravidão no mundo. A ONU encarregou uma comissão de estudos desse problema. O informe dessa comissão em 1993 salienta que existiriam 200 milhões de escravos na população mundial. Ver a entrevista de José de Souza Martins em “Estudos Avançados”, em *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, nº 31, São Paulo, USP, 1997.

¹⁵ Segundo essas informações, o capital financeiro atual tem um caráter quase oposto ao do período pré- crise. O anterior servia para promover investimento produtivo. O atual é quase que puramente parasitário, ergo predatório.

¹⁶ O estudo e o debate dessas tendências começaram na América Latina desde meados dos anos 1960, no debate sobre a questão da marginalização. Dessa perspectiva, ver, principalmente, J. Nun, “Sobrepoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”, em *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol V, nº 2, julho de 1969. E de A. Quijano, os textos incluídos em *Imperialismo y marginalidad en América Latina* (Lima: Mosca Azul, 1977), e também “Crisis capitalista y clase obrera” no volume coletivo *Crisis clase obrera* (México: Era, 1975).

¹⁷ Na América Latina, ainda que o debate geral sobre a crise capitalista já estivesse no ar desde meados dos anos 1970, foi o brasileiro Celso Furtado um dos primeiros a chamar a atenção para a hegemonia do capital financeiro sobre suas implicações; ver A. Quijano, “Transnacionalización y crisis de la economía en América Latina”, em *Cuadernos Del Cerep*, San Juan, 1984. Sobre o debate recente, da perspectiva das áreas dependentes e periféricas do capitalismo, ver K. Singh, *Globalization of Finance*

(Londres/Nova York: Zed Books 1999), e do mesmo autor, *Taming Financial Flows: Challenges and Alternatives in the Era of Financial Globalization* (Londres-Nova York: Zed Books, 2000).

¹⁸ Em *O capital* e em seus agora não menos célebres *Grundrisse*, Marx chegou notavelmente longe nessa elaboração, tão longe como seria possível sem romper o leito de uma perspectiva eurocêntrica de conhecimento. Em todo caso, estabeleceu as bases e as questões maiores do debate. Assim, a tendência ao esgotamento da conversão de força de trabalho em mercadoria quando uma força produtiva superior permitisse a automatização da produção é a questão central aberta, tão prematura como em 1858, no capítulo sobre a contradição entre o princípio de base (medida do valor) da produção burguesa e o desenvolvimento desta; ver *Fondements de la critique de l’économie politique*, vol. 1 (Paris: Anthropos, 1968), pp. 220-231. Sem dúvida, não é por azar que os próprios economistas da burguesia ou os funcionários das principais entidades de administração internacional do capital descubrem surpresas o quanto as previsões de Marx coincidem com as tendências mais avultadas do capitalismo “globalizado”, em particular a concentração de capital e a polarização social global, tanto tempo simplesmente negada entre os economistas da burguesia. Ver, por exemplo, a nota de J. Cassidy, “The Return of Karl Marx”, em *New Yorker*, 20-27-10-1997. E N. Birsall, vice-presidente executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não vacila em começar seu texto dizendo: “*Exactly 150 years after the publication of the Communist Manifest, inequality looms large on the global agenda*”, cf. N. Birsall, “Life is Unfair: Inequality in the World”, cit., p. 25. Ver também meu “Crisis capitalista y clase obrera”, em F. Claudin, K.S. Karol, A. Quijano y R. Rosanda, *Crisis capitalista y clases sociales* (México: Era, 1974).

¹⁹ De R. Miliband, *The State in Capitalist Society* (Nova York: Basic Books, 1969), foi especificamente proposto como um estudo do Estado nos países chamados “ocidentais”. De N. Poulantzas, *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista* (México: Siglo XXI, 1969). Uma revisão útil da literatura anterior ao eclipse do “materialismo histórico” no debate mundial é a de Tilman Evers, *El Estado en la periferia capitalista* (México: Siglo XXI, 1979 e 1985).

²⁰ Sobre esse assunto, não deixa de fluir uma imensa literatura. Para uma parte do debate na América Latina ver, por exemplo, D. G. Delgado, *Estado-nación y globalización* (Buenos Aires: Ariel, 1998); F. C. Scarlato et al. *Globalización e espaço latino-americano* (São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993). E em relação aos processos políticos vinculados aos culturais, J. S. Parga, *Globalización, gobernabilidad y cultura* (Quito: Abya-Yala, 1997); D. Mato, *Crítica de la moderna globalización y construcción de identidades* (Caracas: Universidade Central da Venezuela, 1995); N. G. Canclini (coord.), *Culturas en globalización* (Caracas: Nueva Sociedad, 1996).

²¹ No sentido de Hobson e Lênin.

²² T. M. Gallagher cunhou o conceito de “Transgovernance” para dar conta do fato de que as instituições do Estado são imprescindíveis para aplicar ou impor em cada país as normas e as condutas que correspondem aos interesses do capital e do mercado. Mas que, ao mesmo tempo, essas instituições estatais estão enlaçadas com as específicas do capital. Ver “Globalization and Marginalization. Debt and International Underclass”, em *Current History*, novembro de 1997, pp. 392-396 e em *Developing World 99/00*, cit., pp. 50-54.

²³ Acerca da questão das relações entre o público e o privado na

- configuração e na ação da autoridade coletiva, estatal em particular, adiantei algumas propostas em “Lo público y lo privado: un enfoque latinoamericano”, em A. Quijano, *Modernidade, identidade e utopia na América Latina* (Lima: Sociedad y Políticas, 1988).
- ²⁴ Escrita esta revisão textual de minha conferência, li a obra de M. Hardt & A. Negri, *Empire* (Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2000). Sua tese central é de que já estamos dentro de um Império Global, de análogas características históricas e estruturais às do Império Romano e que já acabou a era do imperialismo e do Estado-nação, em sua perspectiva de instituições mutuamente correspondentes. Essa idéia já estava no livro de G. Soros, *The Crisis of Global Capitalism* (Nova York: 1998). Os leitores perceberão minhas diferenças com essas propostas.
- ²⁵ Ver em A. Quijano, “Lo público y lo privado, un enfoque latinoamericano”, cit.
- ²⁶ A respectiva literatura, já extensa, cresce a cada dia. Ver por exemplo, as referências em D. G. Delgado, *Estado-nación y globalización. Fortalezas y debilidades en el umbral del tercer milenio* (Buenos Aires: Ariel, 1998).
- ²⁷ Sobre essa questão, ver em A. Quijano, *Coloniality of Power and its Institutions*, documento do Seminário Internacional sobre La Colonialidad del Poder y sus Ambitos, Binghamton University, abril de 1999, Binghamton, Nova York, EUA.
- ²⁸ Ver “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, cit.
- ²⁹ Sobre o conceito de “dependência” implícito nessa definição, ver “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, cit. Também “Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina”, em *Anuario Marateguiano*, vol. IX, nº 9, Lima, 1997, pp. 113-122.
- ³⁰ Discuti antes essas questões em diversos textos. Principalmente em “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, cit.; em “Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas”, em Heidulf Schmidt & Helena Gonzáles (orgs.), *Democracia para una nueva sociedad* (Caracas: Nueva Sociedad, 1998); “El fantasma del desarrollo”, em *Revista Venezolana de Ciencias Sociales*, nº 2 (Caracas, UCV, 2000); “Colonialidad, ciudadanía y democracia”, em *Amérique Latine: démocratie et exclusion* (Paris: L'Harmattan, 1994); em “América Latina en la economía mundial”, em *Problemas del desarrollo*, revista del Instituto de Investigaciones Económicas, Unam, vol. XXIV, nº 95, México, 1993.
- ³¹ Uma visão conjunta e panorâmica de colonialismo e anticolonialismo nos últimos 500 anos pode ser encontrada no monumental livro de L. S. Stavrianos: *Global Rift. The Third World Comes of Age* (Nova York: William Morrow and Co., 1981).
- ³² Ver *América Latina en la economía mundial*, cit. Também *El fantasma del desarrollo en América Latina*, cit.
- ³³ Discuti isso em vários textos, entre os quais: *El fujimorismo y el Perú*, Lima 1995; “Fujimorismo y populismo”, em Felipe Burbano de Lara (org.), *El fantasma del populismo* (Caracas: Nueva Sociedad 1998); “El fujimorismo, la OEA y el Perú”, em *América Latina en Movimiento*, Quito, 25 de julho, 2000.
- ³⁴ A Corte Suprema do poder judiciário controlado e manipulado pelo Serviço de Inteligência Nacional, a soldo dos especuladores e negociantes corruptos do país, sentenciou que era legal essa discriminação imposta pelas empresas dos locais de diversidade noturna em Lima. Ver meu artigo “Qué tal raza”, originalmente publicado no volume *Cambio Social y Familia* (Lima: Cecosam, 2000) e depois em várias outras publicações da América Latina.
- ³⁵ Sobre minhas propostas históricas e teóricas a respeito dessa questão, remeto, principalmente, aos citados textos “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, “Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas” e *El fantasma del desarrollo*.
- ³⁶ Acerca desse debate, ver as referências em meu texto “Estado-nación, ciudadanía y democracia: cuestiones abiertas”, cit.
- ³⁷ O caso mais escandaloso na América Latina é, obviamente, o de Fujimori, no Peru, cujo triunfo em 1990 deveu-se à maciça oposição dos votantes contra o programa econômico neoliberal de Vargas Llosa, mas que impôs imediatamente a mais extrema e perversa versão do neoliberalismo contra a expressa vontade de seus eleitores. A partir de então, mantém-se no governo recorrendo a golpes de Estado e a fraudes eleitorais mundialmente condenados. Isto é, de novo, contra a vontade dos eleitores.
- ³⁸ Sobre tais arestas no debate chamado pós-modernista, ver, por exemplo, Steven Best & Douglas Kellner, *Postmodern Theory. Critical Interrogations* (Nova York: Guilford Press, 1991).
- ³⁹ Uma discussão provocativa dessas questões encontra-se em Paul Virilio: *La bombe infomatique* (Paris: Galilée, 1998).
- ⁴⁰ Ainda que seu enfoque de interesse especial seja a área cultural, são pertinentes a esse respeito as propostas de Goran Therborn em “The Atlantic Diagonal in the Labyrinths of Modernities and Globalizations”, em *Globalizations and Modernities* (Estocolmo: FRN, 1999), pp. 11-40.
- ⁴¹ Sobre os limites do processo de globalização da economia capitalista há uma extensa literatura. Entre os textos de maior interesse, ver Elmar Alvater & Birgit Mahnkopf, *Grenzen der Globalisierung, Oekonomie, Oekologie und Politik in der Weltgesellschaft* (Munique: Verlag Westfälisches Dampfboot, 1996). E a coletânea organizada por Robert Boyer & Daniel Drache, *States Against Markets, the Limits of Globalization* (Londres/Nova York: Routledge, 1996).
- ⁴² Ver A. Quijano, *El trabajo al final del siglo XX*, conferência pública por ocasião da celebração do primeiro centenário de fundação da Confederação dos Trabalhadores de Porto Rico, em *Paraninfo de la Universidad de Puerto Rico*, em Río Piedras, em Outubro de 1998 (no prelo).
- ⁴³ Adiantei algumas propostas para debate em “Globalización y exclusión desde el futuro”, em *La Republica*, Lima, 18-8-1997.
- ⁴⁴ Ver um debate inicial dessas questões em A. Quijano, *La “economía popular” en América Latina* (Lima: Mosca Azul, 1988); *Modernidad, identidad y utopia en América Latina* (Lima: Sociedad y Política, 1988).